

Governo de Moçambique pede ao Supremo de Joanesburgo que ordene a extradição de Manuel Chang “sem mais demora”

Segundo escreve o jornal sul-africano Daily Maverick¹, o Governo de Moçambique lançou um pedido ao Supremo Tribunal de Joanesburgo para que ordene o Ministro da Justiça e Assuntos Correccionais, Ronald Lamola, a extraditar o antigo Ministro das Finanças, Manuel Chang, “sem mais demora”.



Créditos: TVM

¹ <https://www.dailymaverick.co.za/article/2021-05-16-maputo-asks-johannesburg-high-court-to-order-south-africa-to-extradite-former-mozambican-finance-minister/>

O Governo moçambicano reclama que a África do Sul violou o direito de Manuel Chang à justiça, mantendo-o na prisão por quase 29 meses à espera de extradição de volta para Moçambique ou para os Estados Unidos da América (EUA) para enfrentar acusações de corrupção e fraude relacionadas com as dívidas ocultas.

O “fracasso e/ou negligência” de Ronald Lamola em tomar uma decisão durante tanto tempo “tornou-se grosseiramente irrazoável”, disse a Procuradoria-Geral da República (PGR) em depoimento ao Tribunal Superior na semana passada.

O Daily Maverick faz notar que o Presidente sul-africano Cyril Ramaphosa está aparentemente preso num dilema sobre o que fazer com o antigo Ministro das Finanças de Moçambique. Uma recomendação de Lamola de que Manuel Chang deveria ser extraditado para os EUA está na mesa do Presidente sul-africano há vários meses, de acordo com várias fontes do Daily Maverick.

A recomendação do Ministro da Justiça e Assuntos Correccionais baseia-se em princípios jurídicos sólidos, mas a linha-dura simpatizante do partido no poder em Moçambique, entre os conselheiros de Ramaphosa, tem defendido um argumento político, nomeadamente a extradição de Chang para Moçambique como forma de evitar ofender a Frelimo, um aliado próximo do ANC.

A esperança de Pretória de que o Presidente moçambicano Filipe Nyusi concorde com uma proposta de intervenção militar regional para derrotar a ameaça terrorista e o extremismo violento em Cabo Delgado, norte de Moçambique, também pode ser um factor na decisão pendente de Ramaphosa.

Em Maio de 2019, durante os seus últimos dias no cargo de Ministro da Justiça e Assuntos Correccionais, Michael Masutha ordenou que Chang fosse extraditado para Moçambique. Mas o seu sucessor, Ronald Lamola, tomou a medida incomum de contestar a decisão de Masutha no tribunal, alegando que a decisão havia sido tomada sem a devida

consideração de todos os factos relevantes. Por exemplo, Lamola argumentou que era improvável que Chang enfrentasse a justiça em Moçambique, uma vez que, à época, ele não tinha sido acusado.

Em Novembro de 2019, o Supremo Tribunal de Joanesburgo anulou a decisão de Masutha e enviou o caso de volta a Ronald Lamola para uma nova decisão que deve levar em consideração todos os factos relevantes. Entretanto, a PGR apresentou uma acusação contra o antigo Ministro das Finanças, ainda assim o facto de que só o fez cerca de cinco (5) anos depois da descoberta do escândalo financeiro e depois que os EUA o acusaram, suscitou dúvidas sobre a seriedade do processo.

Na sua carta dirigida ao Ministro sul-africano da Justiça e Assuntos Correccionais, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, escreveu que o longo atraso na extradição de Chang para Maputo “está a ter implicações negativas em vários casos em Moçambique”. Buchili disse igualmente que a longa detenção de Chang “viola o princípio do direito à justiça ao abrigo da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos”.

A Procuradora-Geral da República advertiu ao titular da Justiça sul-africana que Chang poderia citar a longa demora em extraditá-lo como fundamento para reivindicar o direito à liberdade “em detrimento da justiça criminal pelos crimes que cometeu em Moçambique”. Um advogado envolvido no caso disse ao Daily Maverick que uma libertação iminente de Chang era improvável, porque independentemente do País para o qual Ramaphosa decidiu extraditá-lo, aqueles que se opunham a essa decisão provavelmente iriam contestá-la no tribunal.

O Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) sempre defendeu a extradição do antigo Ministro das Finanças para os EUA por entender ser esta a única forma de garantir um julgamento transparente e imparcial, incluindo o esclarecimento do escândalo das dívidas ocultas cujos efeitos continuam a afectar a vida de milhões de moçambicanos.

No dia 03 de Maio, o FMO organizou, na Cidade de Pretória, na África do Sul, um evento público de advocacia pela extradição do antigo Ministro das Finanças os EUA.

Sobre a demora na tomada de decisão, o FMO enviou uma carta ao Ministro Ronald

Lamola em Outubro de 2020, procurando saber quando é que iria decidir pela extradição de Manuel Chang. Até hoje, o FMO ainda não recebeu nenhuma resposta do Ministro da Justiça e dos Serviços Correccionais da África do Sul.



Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: FMO</p> <p>📍 Rua Dar-Es-Salaam N° 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo</p> <p>☎ +258 21 085 797 ✉ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org</p> <p>🐦 @CDD_Moz 📌 @CDDMoz 📺 @CDD_Moz</p>	<p>🌐 www.fmo.org.mz ✉ fmomozambique@gmail.com</p> <p>📘 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz</p> <p>📺 Youtube</p>